

Os meios, seus usos, sua materialidade: a comunicação e sua epistemologia¹

RESUMO

O presente texto tem um caráter, sobretudo, epistemológico e seu horizonte maior é constituído por uma investigação acerca dos modos de teorização de que nos servimos para pensar as relações entre comunicação e cultura. O eixo central de argumentação é duplo: por um lado, destaca-se a importância de análises finas que abandonem o campo das grandes generalizações explicativas em favor de uma abordagem serrada do cotidiano; por outro, são discutidas diversas modalidades em que a materialidade dos meios de comunicação pode ser considerada. A materialidade certamente é importante para uma efetiva compreensão da presença social destes meios.

PALAVRAS-CHAVE

Livro
Leitura
Materialidade

ABSTRACT

This paper, has an epistemological approach, investigates the theoretical tools used to analyze the relationship between culture and communication, following two different paths. First, it stresses the importance of fine analysis that leave behind major generalizations in favor of a close apprehension of the everyday life; on the other hand, the paper discusses several ways in which the materiality of media must be considered in order to allow a comprehension of the social effects of the same media.

KEYWORDS

Book
Reading
Materiality

Márcio Souza Gonçalves

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ/RJ/BR
msg@veij.br

Michel de Certeau indicou claramente a importância do estudo dos usos e das apropriações das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação, paralelamente ao estudo das próprias mensagens e dos tempos de exposição:

Por exemplo, a análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante essas horas e com essas imagens. O mesmo se diga no que diz respeito ao uso do espaço urbano, dos produtos comprados no supermercado ou dos relatos e legendas que o jornal distribui (1994, p. 39).

Considerando que os meios apenas existem na medida em que são acionados em situações concretas de comunicação, que um meio, sem um ser humano – que dele se sirva –, é apenas um aparato tecnológico inerte. Pode-se levantar a hipótese de que o mais fundamental, não é tanto um estudo dos meios em si, mas sim dos meios em ação, ou melhor, em relação – dos meios em relações comunicacionais – portanto, estudo das situações de uso e apropriação. Isso não significa, evidentemente, que os meios não sejam importantes, são fundamentais, mas não em si mesmos, e sim como um polo na relação entre humanos e tecnologias.

Os meios e seus usos

Já indicamos alhures que para se discutir a interatividade, por exemplo, é interesse que a argumentação seja deslocada de uma discussão abstrata da interatividade, que se tornou possível pela Internet, para uma discussão das situações concretas, em que a interatividade se atualiza. Para tanto, forjamos, num sentido preciso, o conceito de situação comunicacional: “Entende-se por situação comunicacional situações concretas e localizadas em que há comunicação, estando aí incluídos o(s) meio(s), os participantes, as mensagens e os usos dos meios” (Gonçalves; Thurler, 2006, p. 101). Sendo genérico demais discutir a interatividade. É mais fecundo abordar as diversas situações comunicacionais, sempre específicas, em que a interatividade se dá: a Internet, por si só, pode estar envolvida diferentemente, segundo cada situação, em diferentes níveis de interatividade.

Partimos então da ideia de que o problema mais importante dos meios é o de seu uso e

apropriações humanas e não o dos meios em si, o que, como dissemos acima, de modo algum significa que os meios sejam irrelevantes.

Fossem outros os atores, fossem outros os equilíbrios de força, talvez a cultura impressa como a conhecemos, não existisse. Dito de outro modo, a cultura impressa e a própria história devem ser consideradas como contingentes, como sujeitas ao tempo e à ação humana.

Tal importância dos humanos na produção dos efeitos dos meios foi abordada por Johns (1998) em seu monumental e premiado livro acerca da prensa tipográfica na Inglaterra, nos primórdios da Modernidade. A tese central, que o autor contrapõe à posição de E. Eisenstein, é a de que a chamada cultura impressa é, não um efeito dos meios mas, o resultado da ação engajada de diversos atores sociais envolvidos. Fossem outros os atores, fossem outros os equilíbrios de força, talvez a cultura impressa como a conhecemos, não existisse. Dito de outro modo, a cultura impressa e a própria história devem ser consideradas como contingentes, como sujeitas ao tempo e à ação humana. Contra McLuhan (2005), não há resultado necessário que decorra de nenhuma tecnologia. Há certamente uma importância da tecnologia, ela deve ser pensada em relação à atuação dos agentes humanos.

A apropriação de textos: leitura

Textos escritos só existem quando lidos e atualizados por um leitor. Sem essa leitura são, literalmente, letra morta. A leitura é, portanto – em se tratando de textos –, o momento primordial na consideração de seus usos e apropriações (ainda que o papel dos agentes humanos seja bem mais amplo se considerarmos a produção – quem escreveu, em que condições imprimiu, etc. – e circulação de escritos impressos ou não).

Como estudar a leitura, objeto fugidivo, que deixa poucos traços, acontecimento evanescente? Tarefa difícil, mas não impossível, como atesta o trabalho de diversos historiadores que nesse campo operam.

Uma compreensão clássica da leitura é a que se vale de dois conceitos, que definiriam modos fundamentalmente diferentes de leitura: leitura intensiva e leitura extensiva.

O caso paradigmático desses usos contrastantes pode ser a virada da leitura intensiva para extensiva primeiramente sugerida por Rolf Engelsing. A descrição de Engelsing de uma virada no final do século XVIII da releitura de poucos e prezados textos para o consumo de muitos textos efêmeros deve ser familiar à maioria dos leitores deste *journal*. Engelsing sustenta que antes daquela época pessoas de todas as classes sociais possuíam poucos livros que liam “intensivamente”: lentamente, repetidamente, de modo reverente. O exemplo clássico de tal leitura seria a Bíblia, um livro lido ano após ano, nunca ultrapassado, mas paradoxalmente ligado, através de inscrições na folha de guarda, com a passagem do tempo na própria vida dos leitores. Perto do final do século XVIII, na visão de Engelsing, a proliferação de novos livros permitiu a ascensão de um modelo “extensivo” de leitura – às pressas e saltando trechos, devorando e descartando – da qual ainda devemos emergir (Price, 2004, p. 317)².

Essa forma de teorizar supõe, portanto, a existência de dois modos distintos um do outro, cronologicamente sucessivos (o corte estando situado no final do século XVIII), mas capazes de dar conta das experiências empíricas de leitura que aconteceram. Às leituras intensivas, teriam se sucedido as extensivas.

O que nos interessa aqui é, sobretudo, o estilo de teorização que fundamenta essa concepção de uma passagem da leitura intensiva para a extensiva, o paradigma de compreensão subjacente.

Tal concepção de uma revolução da leitura suscitou variadas reações:

Mesmo que as preferências tenham mudado e o público leitor tenha crescido, a experiência da leitura não foi transformada. Ela se tornou mais secular e diversa, mas não menos intensa. Ela não conheceu uma revolução. Os historiadores descobriram, e então repudiaram, tantas revoluções escondidas do passado que a “revolução da leitura” pode ser ignorada em medo (Darnton apud Chartier, 2007, p. 264).

Mesmo se pudermos colocar em dúvida a hipótese de uma “revolução da leitura”, uma transformação dos hábitos de leitura estabeleceu-se, com certeza, no final do século XVIII (Bödeker apud Chartier, 2007, p. 265).

Houve portanto uma revolução da leitura no século XVIII? Este breve esboço tentou mostrar que, malgrado todas as objeções, pode-se responder afirmativamente a essa questão (Wittmann in Cavallo e Chartier, 2001, p. 390)³.

Tem-se, portanto, desde a aceitação da ideia de uma revolução operada pela passagem do intensivo ao extensivo até a recusa dessa revolução, com a posição intermediária de aceitação de uma mudança, mas não de uma revolução.

O que nos interessa aqui é, sobretudo, o estilo de teorização que fundamenta essa concepção de uma passagem da leitura intensiva para a extensiva, o paradigma de compreensão subjacente.

Alguns traços, especificamente quatro, desse estilo ou paradigma devem ser destacados.

Em primeiro lugar, temos uma análise global, e por isso entendemos um tipo de análise que olha de longe, amplamente, tentando apreender num todo, um conjunto de práticas concretas. O resultado é a produção de um conceito que, supostamente, da conta dessas práticas. Em suma, temos um olhar macroscópico.

O segundo traço decorre desse primeiro. Como a apreensão é global, necessariamente, devem ser deixadas de lado uma série enorme de singularidades que escapam do conceito totalizante. Para o olhar amplo, da distância que o torna possível, as rugosidades e derivas do micro, do pequeno, do ínfimo são imperceptíveis exatamente em função de sua pequenez. Metaforicamente, pode-se dizer que o uso do binóculo, que permite uma apreensão ampla, macro, do campo visual, é incompatível com a prática do microscópio, do que vê de perto, deixando de lado o resto, do que restringe propositadamente o escopo do campo. A descrição macro supõe o silêncio do micro.

Em terceiro lugar, esse conceito amplo, macroscópico, é utilizado para caracterizar uma época ou momento histórico. Temos um exemplo claro disso no campo da comunicação em McLuhan (2005), que se serve, por exemplo, de Galáxia de Gutenberg ou de Aldeia Global como descritores dos sucessivos momentos que marcam a cultura humana (ou ao menos, ocidental). O mesmo vale para a noção de leitura intensiva e de leitura extensiva, cada uma delas aplicável a um momento histórico específico.

Finalmente, o quarto traço decorre do terceiro, a caracterização pelo conceito amplo de

momentos históricos termina por organizar uma cronologia, ondes as épocas, cada uma definida a partir de um elemento dominante, se sucedem, construindo com isso a história. Mais uma vez podemos pensar em McLuhan (2005) como exemplo, bem como da sucessão de leitura intensiva pela extensiva.

Em suma, o estilo básico de teorização que da forma às visões do tipo de Engelsing (1969) envolve: uma apreensão macroscópica das práticas, apreensão que despreza as singularidades e que produz um conceito amplo definidor de uma época que, articulado a outros conceitos, define, indiretamente, a história.

Já nos referimos anteriormente a esse estilo de teorização servindo-nos da noção de epocalismo: “o epocalismo nada mais é do que a percepção diacrônica da sucessão dessas formas sociais gerais com suas características próprias, a decorrência lógica de uma tipologia social baseada em traços gerais (intimamente ligados ao tipo de meio de comunicação presente)” (Gonçalves; Clair, 2007, p. 145).

Caem dentro do epocalismo, não apenas essa apreensão da leitura a partir das noções de leitura intensiva e extensiva, mas grande parte da teorização contemporânea nas ciências humanas em geral e nas ciências da comunicação em particular. Assim, para citar dois casos, as teorias que pensam nosso tempo a partir do par opositivo Modernidade/Pós-Modernidade – ou seus sucedâneos vários, o termo específico podendo variar – ou a reflexão de McLuhan (2005), que retorna hoje com força ao campo da comunicação a partir de releituras contemporâneas.

Contra o epocalismo

Roger Chartier (2007) pensa a leitura de um modo que se afasta do que indicamos acima e a exploração de seu pensamento se revela rica tanto para uma apreensão mais diferenciada da história da leitura, quanto para uma tentativa de se pensar modos que fujam a esse esquema epocalista. Pode-se abordar a questão a partir do tema de uma revolução da leitura que indicamos acima e do modo como Chartier se posiciona em relação a essa suposta revolução.

Veja-se este trecho longo, mas cuja citação é relevante, onde ele assim se expressa:

Não é, portanto, inútil voltar uma vez mais a esse debate [da revolução operada pela passagem da leitura intensiva para a extensiva]

para esclarecê-lo e, talvez, deslocar alguns de seus termos.

A leitura de Richardson, como a praticam Diderot e os fiéis defensores do romancista inglês, desmente de modo radical a cronologia proposta por Engelsing. O romance do século XVIII arrebatava seu leitor, captura-o, governa seus pensamentos e suas condutas. Ele é lido e relido, conhecido, citado, recitado. Seu leitor é invadido por um texto que o habita e, ao se identificar com os heróis da história, é sua própria existência que ele mesmo decifra no espelho da ficção. Nessa leitura particularmente intensa e “intensiva”, toda sua sensibilidade encontra-se comprometida e o leitor, ou a leitora, não pode controlar nem sua emoção, nem suas lágrimas. A constatação vale para Richardson, mas também para *Nouvelle Héloïse*, romance lançado em 1761 e implicitamente presente no texto de Diderot. Essa constatação leva à revogação da validade de uma oposição entre dois estilos de leitura, tidos como sucessivos.

Isso basta, contudo, para invalidar a ideia de uma “revolução da leitura”? Talvez não. Em toda a Europa esclarecida, apesar da estabilidade das técnicas e do trabalho tipográfico, profundas mudanças transformaram a produção impressa e as condições de acesso ao livro. Em todos os lugares, o crescimento e a laicização da oferta impressa, a circulação de livros interditos, a multiplicação dos periódicos, o triunfo dos pequenos formatos e a proliferação dos gabinetes literários e sociedades de leitura, onde é possível ler sem necessariamente comprar, permitem e impõem novas maneiras de ler. Para os leitores mais instruídos, as possibilidades de leitura parecem expandir-se, propondo práticas diferenciadas segundo os tempos, lugares e gêneros. Cada leitor é, assim, sucessivamente, um leitor “intensivo” e “extensivo”, absorto ou desenvolto, estudioso ou distraído. Por que não pensar que a “revolução da leitura” do século XVIII reside justamente na capacidade de mobilizar múltiplas maneiras de ler? Daí seus limites, uma vez que tal possibilidade não é dada a todos, longe disso, e que ela ganha apenas leitores e mais especializados e mais abastados. Daí, igualmente, sua natureza complexa, já que é preciso reconhecê-la, não na generalização de um novo estilo, hegemônico e específico, mas em um estilo que recorre a uma pluralidade de práticas, tão antigas quanto novas. Leitor “intensivo” de Richardson, Diderot é também um leitor culto, bulfímico, irônico – e muitas outras coisas mais...

Essa diversidade sugere que toda abordagem plenamente histórica dos textos

literários deve romper com a universalização de uma modalidade particular da leitura e, ao contrário, identificar as competências e as práticas próprias a cada comunidade de leitores, os códigos e as convenções próprios a cada gênero. [...] Uma das tarefas principais do cruzamento entre crítica textual e história cultural consiste justamente em dissipar tal ilusão [de uma universalidade da leitura] (Chartier, 2007, p. 265-267).

Os eixos fundamentais de argumentação são os seguintes: os casos de leitura intensiva no século XVIII invalidam a ideia da existência de dois estilos sucessivos, pois temos coexistências; a presença mais forte de livros, para uma certa categoria de leitores, permite que esses próprios leitores pratiquem diferentes estilos de leitura: o mesmo leitor é ora intensivo, ora extensivo; essa seria propriamente a revolução da leitura operada no século XVIII, essa multiplicação de modos de ler coexistentes para o mesmo leitor, e não o declínio da leitura intensiva e sua substituição pela leitura extensiva; não haveria uma universalização de uma dada prática de leitura, mas práticas variadas em função da comunidade de leitores, e dos códigos e convenções de gênero. À substituição diacrônica de um estilo por outro, Chartier (2007) opõe a coexistência sincrônica de estilos diferentes, pelo menos a partir do século XVIII.

O mesmo leitor é ora intensivo, ora extensivo; essa seria propriamente a revolução da leitura operada no século XVIII, essa multiplicação de modos de ler coexistentes para o mesmo leitor, e não o declínio da leitura intensiva e sua substituição pela leitura extensiva.

Na mesma linha, pode-se pensar ainda, por exemplo, seguindo Anthony Grafton, no modo como Maquiavel praticava leituras distintas, uma de instrução, outra de distração, mantendo duas formas bem diferentes de relacionamento com os livros segundo sua leitura entrasse numa categoria ou na outra: “[...] Maquiavel praticava esses dois tipos de leitura sem dificuldade, e vemos que se sentia perfeitamente capaz de escolher tanto seu sistema de interpretação quanto o texto ao qual iria aplicá-lo”⁴ (Grafton in Cavallo & Chartier, 2001, p. 223). Tem-se no autor d’O

Príncipe essa coexistência de diferentes modos de ler, essa presença sincrônica de leituras heterogêneas.

Num outro contexto, referindo-se à suposta morte da cultura popular, já tantas vezes anunciada, mas com um raciocínio que aponta para a mesma coexistência sincrônica de extratos diferentes (em lugar de sua sucessão diacrônica), lemos da pena de Chartier (2004, p. 15):

O destino historiográfico da cultura popular, portanto, é ser sempre sufocada, reprimida, destruída, e ao mesmo tempo sempre renascer de suas cinzas. Isso certamente indica que o verdadeiro problema não é tanto de datar seu irremediável desaparecimento mas de considerar, para cada época, a maneira como se estabelecem as relações complexas entre formas impostas, mais ou menos opressivas e imperativas, e identidades afirmadas, mais ou menos expandidas ou refreadas.

Essas relações complexas entre o imposto e as identidades afirmadas apontam, como acima, para a existência simultânea de dominações e processos de escape, contra a ideia de uma sucessão temporal de uma liberdade ou inocência perdidas em direção a um presente opressor.

Em outro lugar, Chartier (2004) toca mais diretamente no problema da descrição de realidades históricas em diferentes escalas. Discutindo – a partir do modo como a *Bibliothèque Bleue* se apropria de textos letrados e eruditos e os adapta para leitores pouco familiarizados com essa alta cultura – a insuficiência da oposição entre cultura erudita e popular, nosso autor diz:

Esta aí, portanto, uma primeira razão para substituir a caracterização global, unitária, das formas culturais por uma apreensão mais complexa que tenta, para cada uma delas, descobrir os cruzamentos e tensões que a constituem. [...] as diferenças culturais das sociedades antigas não podem mais ser organizadas apenas pela oposição entre popular e erudito. A essa divisão macroscópica, que muitas vezes definia o povo por ausência, como o conjunto de todos aqueles situados fora do mundo dos dominantes, deve certamente ser preferido o inventário de clivagens múltiplas que atravessam corpo social. Sua ordenação obedece a vários princípios, não necessariamente sobrepostos, que manifestam as diferenças ou oposições entre homens e mulheres, cidadãos e camponeses, reformados e católicos, mas também entre as

gerações, as profissões, os bairros. Durante muito tempo, a história social aceitou uma definição redutora do social, confundindo-o com a simples hierarquia das fortunas e das condições, esquecendo que outras diferenças, baseadas nas pertencas sexuais, territoriais ou religiosas eram também plenamente sociais e suscetíveis de explicar a pluralidade das práticas culturais, igual ou melhor que a oposição entre dominantes/dominados. [...] Pareceu-nos, pois, que era de mau método utilizar uma noção [de cultura popular] que postula *a priori* a validade de um recorte que, ao contrário, deveria justamente ser estabelecido. Então demos preferência ao inventário dos materiais comuns a toda uma sociedade (os rituais festivos, os códigos de civilidade, os impressos de grande circulação) e à diversidade das práticas que os utilizam – uma diversidade que não se fecha apenas no contraste entre o que seria popular e o que não o seria (Chartier, 2004, p. 10-11).

Não nos interessa a discussão específica acerca das culturas popular e erudita, mas antes as indicações que aí Chartier (2004) dá em termos de epistemologia e dos instrumentos dos quais nos servimos para descrever a realidade.

Desse pequeno trecho alguns elementos são fundamentais: a necessidade de se substituir uma caracterização global unitária por descrições mais finas atentas à complexidade dos cruzamentos e tensões existentes; a preferência por inventários de clivagens e cortes que atravessam o social em detrimento das grandes divisões macroscópicas; o caráter negativo de um método onde a análise parte de uma noção (cultura popular no caso) que só deveria emergir como resultado final do percurso (algo como partir da existência de discos voadores para provar a existência de discos voadores, se nos for permitida essa pequena analogia provocadora).

Podemos retomar agora o trecho acima onde indicamos o que fundamenta a análise da leitura em termos de uma oposição entre intensivo e intensivo (e várias outras teorias que refletem acerca da comunicação e da contemporaneidade): apreensão macroscópica das práticas, que despreza as singularidades e produz um conceito amplo, definidor de uma época que, articulado a outros conceitos, define, indiretamente, a história.

Ora, vemos que esses pontos são precisamente os que criticam Chartier (2004) nos trechos acima: este autor é contrário às apreensões

macroscópicas, globais, unitárias, é atento às singularidades, contrário à definição da passagem do tempo como sucessão de momentos definidos por grandes categorias gerais [...]. Desenha-se uma alternativa forte aos esquemas de explicação epocalistas, gerais, amplos. Trata-se de pensar e teorizar com maior atenção ao que escapa a essas grandes categorias mais imaginárias do que propriamente operacionais.

Claro que com isso o trabalho de pesquisa fica mais árduo, o trabalho de ensino mais lento. A pesquisa deve necessariamente ficar mais atenta, e percorrer uma maior massa de dados referentes às realidades concretas, para que desses dados, algo mais amplo, possa emergir como resultado (o disco voador deve vir no final); ao mesmo tempo, a facilidade didática das grandes categorias e das tabelas que opõem binariamente termos situados em duas colunas (por exemplo, para caracterizar a Modernidade e a Pós-Modernidade) dá lugar a um discurso mais lento e detalhado, cuja apreensão demanda necessariamente maior esforço.

A crítica da ideia de uma sucessão de épocas distintas em favor de uma apreensão mais refinada do modo como cada momento histórico comporta a coexistência de elementos heterogêneos não implica, evidentemente, a afirmação de que não há mudança e que todos os momentos históricos são equivalentes.

Os estudos de caso são fundamentais nessa forma de teorizar, pois é sempre partindo da realidade concreta específica que se pode construir uma forma de compreensão mais delicada. Pode-se pensar no estudo das festas e no que se pode tirar desse estudo:

Ela [a festa] é, portanto, o lugar de um conflito em que se confrontam, ao vivo, lógicas culturais contraditórias; por isso, ela autoriza uma apreensão das culturas “popular” e erudita nos seus cruzamentos e não apenas por meio do inventário dos motivos que supostamente lhe são próprios. A festa é uma das formas sociais em que é possível observar tanto a resistência popular às injunções normativas quanto a remodelagem segundo os modelos

culturais dominantes dos comportamentos da maioria. Daí sua importância para uma história das mentalidades sensível à análise de funcionamentos culturais concretos e localizados (Chartier, 2004, p. 23).

O caso concreto dá carne, dá realidade, dá densidade e concretude, e tudo isso mantém a reflexão próxima da complexa dinâmica dos processos históricos e distanciada de uma conceitualização por vezes excessivamente genérica e ampla que pode ser perigosa, dado que a boa ciência supõe certo equilíbrio entre o geral e o específico.

Uma palavra sobre o problema da mudança: a crítica da ideia de uma sucessão de épocas distintas em favor de uma apreensão mais refinada do modo como cada momento histórico comporta a coexistência de elementos heterogêneos não implica, evidentemente, a afirmação de que não há mudança e que todos os momentos históricos são equivalentes. Implica, sim, uma apreensão diferenciada da mudança, vista como alteração nos arranjos de coexistência, no surgimento de elementos novos, claro, mas que se articulam aos antigos numa temporalidade mais profunda e lenta. Se há rupturas, estas devem ser articuladas a continuidades que são sua condição de possibilidade.

Chartier desenha em suma uma maneira de teorizar que rompe com o que chamamos de eposcalismo.

A configuração material dos meios

Essa teorização mais fina, tanto da leitura quanto do livro e do escrito em geral, deve se confrontar com um problema importante que é o da materialidade do meio e do objeto portador de mensagem e do modo como essa materialidade afeta os sentidos produzidos. Vamos nos restringir aqui à indicação de alguns dos diferentes sentidos que “materialidade” pode tomar, indicação necessária para a construção de uma boa abordagem do problema. Não temos a pretensão da exaustividade e certamente somos bastante parciais e incompletos.

Antes de mais nada, destaque-se que a conformação material é ela mesma portadora de valores culturais. Veja-se, por exemplo, o caso dos livros humanistas que adotam um tipo, diagramação diferentes dos livros medievais numa tentativa de transmitir uma nova atitude filosófica, existencial e política.

De fato, a escolha de um caractere tipográfico não é independente, nem gratuita: desde o século XIV, a bastarda [tipo de caractere] é reservada aos manuscritos em língua vulgar destinados a uma clientela mais refinada, enquanto, no século XV, o romano remete ao modelo da modernidade humanista. A partir dos anos 1500, essas escolhas possuem uma dimensão política cada vez mais forte, segundo uma lógica que é particularmente visível no reino da França (Barbier, 2008, p. 152).

Além disso, os tamanhos diversos funcionam no mesmo sentido:

Os formatos são característicos ao mesmo tempo dos conteúdos e das práticas. Os grandes formatos, e mesmo os formatos monumentais, dominam a categoria da Santa Escritura até o século XII e seu modelo se prolonga até bem mais tarde – conhecem-se Bíblias manuscritas do século XVI que se calcam ainda sobre esse tipo. Os livros utilizados nos serviços divinos e os principais tratados que formam a base das bibliotecas de estudo têm igualmente, o mais comumente, um formato monumental (Pais da Igreja, comentários sobre a Escritura, tratados jurídicos, etc.).

Ao contrário, os textos clássicos são frequentemente copiados sobre manuscritos que tendem a tornarem-se menos importantes [menores], são também geralmente *in-quarto* (na época da Renascença carolíngia). Esse modelo é igualmente o que domina o mundo dos manuscritos universitários a partir do século XII, época em que aparecem em grande quantidade os manuscritos de formato menor, notadamente, para as Bíblias e mais tarde para os livros de Horas. Enfim, os manuscritos em língua vulgar, que se multiplicaram a partir do século XIII, veem seus formatos variar, sobretudo em função de seu conteúdo e da qualidade de seu proprietário – o formato torna-se um indicador de distinção social: grandes formatos das cópias monumentais executadas para os reis e os personagens mais poderosos, formatos menores para os leitores de menor qualidade (Barbier, 2008, p. 86).

Feita essa primeira observação, e agora adensando um pouco a discussão, pode-se supor que a forma (no sentido amplo, englobando formato, tipo empregado, diagramação, etc) do livro, por si só – independentemente dos conteúdos ou valores que possa vincular no sentido em que acabamos de destacar – deter-

mina certos modos de uso ou mesmo, para os mais radicais, o funcionamento mental do leitor.

Assim, o livro em rolo inibe uma navegação no texto que não seja a linear e no ritmo lento da leitura, dado que é bastante trabalhoso ir até o final do livro e voltar, e assim não favorece um trabalho intelectual que dependa de consultas variadas ao texto, o que o códice torna possível.

A invenção do *códex* é absolutamente fundamental para o futuro da civilização escrita, porque ela proporciona caminhos para os desenvolvimentos futuros do trabalho intelectual sobre documentos escritos. O *códex* está dividido em elementos semelhantes (os folhetos, cada um composto de duas páginas) e se presta, portanto, bastante bem à consulta parcial, pois se pode, ao final, superpor-lhe um sistema de referências que facilita a consulta (a paginação). Do ponto de vista do uso imediato pode-se consultar o *códex* tomando notas, o que permite o abandono da leitura oralizada para privilegiar o trabalho individual em silêncio. Enfim, guarda-se o *códex* deitado sobre tabuletas com a lombada do livro contendo seu título, o que facilita a sua recuperação e identificação. A combinação do *códex* e da minúscula produz uma ferramenta intelectual muito potente, desconhecida até então (Barbier, 2008, p. 54).

Uma posição mais radical sustenta a determinação do livro, ou da escrita, como meio de comunicação, pode ser ainda mais fundamental:

A civilização se baseia na alfabetização porque esta é um processamento uniforme de uma cultura pelo sentido da visão projetado no espaço e no tempo pelo alfabeto. Nas culturas tribais, a experiência se organiza segundo o sentido vital auditivo, que reprime os valores visuais. A audição, à diferença do olho frio e neutro, é hiperestésica, sutil e todo-inclusiva. As culturas orais agem e reagem ao mesmo tempo. A cultura fonética fornece aos homens os meios de reprimir sentimentos e emoções quando envolvidos na ação. Agir sem reagir e sem se envolver é uma das vantagens peculiares ao homem ocidental letrado (McLuhan, 2005, p. 105).

A própria psicologia humana, de acordo com esta posição, seria determinada pelos meios de comunicação: os meios definiriam os arranjos dos sentidos, e, por via de consequência, a estruturação da vida mental humana. Como era de se esperar,

essa posição extrema leva à tese de que os conteúdos transmitidos pelos meios, em nosso caso pelos textos, são irrelevantes face aos próprios meios, ou seja, o *meio é a mensagem*. Esse tipo de análise, frequentemente, toma a forma de um epocalismo radical que recorta a história das sociedades e dos homens em função dos meios de comunicação estruturantes, como é o caso de McLuhan (2005) com os conceitos de Galáxia de Gutemberg e Aldeia Global.

Num sentido diferente, Gumbrecht (2004) tem defendido a necessidade da consideração da materialidade da comunicação e dos efeitos dessa materialidade:

Nossa fascinação principal veio da questão de como diferentes meios – diferentes “materialidades” – de comunicação afetariam o sentido que carregam. Não acreditávamos mais que um complexo de sentido poderia ser mantido separado de sua medialidade, ou seja, da diferença entre aparecer numa página impressa, numa tela de computador, ou num correio de voz (Gumbrecht, 2004, p. 11-12)⁵.

Marcado fortemente pela presença de Heidegger, Gumbrecht (2004) cria uma espécie de tipologia, que comporta dois tipos opostos: culturas de sentido e culturas de presença (mais ligadas à materialidade).

Mas a despeito de nossa premissa de que todos os discursos de auto-referência coletiva contém tanto elementos de culturas de presença e de sentido, faz sentido assumir que alguns fenômenos culturais (como, por exemplo, os sacramentos da Igreja Católica ou a racionalidade dos cultos Afro-Brasileiros contemporâneos) estão mais do lado das culturas da presença, enquanto outros (p. ex. a política romana antiga ou a burocracia dos primórdios do do império espanhol moderno) estão predominantemente assentados em culturas de sentido (Gumbrecht, 2004, p. 79-80)⁶.

Essa tipologia gera uma espécie de classificação em cascata, que alinha do lado da presença: corpo, imanência do corpo, conhecimento revelado, primordialidade do espaço, violência mais presente, etc; e do lado do sentido: mente, *res cogitans*, consciência, transcendência do sujeito, conhecimento com interpretação por um sujeito (hermenêutica), primordialidade do tempo, violência mais latente do que manifesta, etc

(Gumbrecht, 2004, p. 80-85). Nosso autor aposta, na medida em que se preste atenção à materialidade da comunicação, numa virada epistemológica, que levaria a práticas diferentes no campo das humanidades, práticas liberadas do peso da tradição hermenêutica: “*Epifania, presentificação e deixis*, assim, seriam três tentativas de conceito através dos quais eu tento organizar minhas previsões, imaginações e desejos sobre as formas futuras de prática nas humanidades e nas artes” (Gumbrecht, 2004, p. 95)⁷. Num balanço inicial, parece-nos que a indicação genérica da importância da materialidade parece descambar, em Gumbrecht (2004), para um tipo de teorização francamente epocalista, como as que descrevemos acima, com grandes generalizações e declarações de princípio apontando para mutações e mudanças culturais (ainda que a nosso ver de um modo idiossincrático, distinto, por exemplo, de McLuhan (2005)).

Nota-se assim que a consideração da materialidade pode levar a formas de pensamento epocalistas, ainda que não necessariamente.

Finalmente, indicamos, para finalizar nossa lista incompleta, mais um sentido em que a materialidade deve ser considerada: a produção material das obras envolve pessoas concretas cujas decisões e contingências existenciais (de todos os tipos, econômicas, culturais, religiosas, familiares, etc.) são fundamentais na definição do que seja o produto textual final. Se a materialidade da obra importa, todo o processo que preside a produção dessa materialidade de algum modo afeta o sentido. Pense-se, por exemplo, no problema da padronização dos textos impressos nos primórdios da era moderna: o papel sendo caro, as primeiras cópias impressas de páginas, eram remetidas ao revisor que as corrigia, e depois eram incorporadas em livros e vendidas (e não descartadas como atualmente), de modo que entre exemplares de uma mesma edição saídos de uma mesma prensa havia diferenças de texto devido à presença, em alguns exemplares, dessas folhas que poderíamos chamar de “folhas de prova”. As condições econômicas e sociais implicavam essa diferença entre textos que aos nossos olhos contemporâneos deveriam ser totalmente semelhantes (como ocorre hoje entre exemplares de uma mesma edição). Todo um universo que preside a existência concreta dos livros se mostra assim relevante, nessa tentativa de se pensar a materialidade da comunicação textual.

Na consideração da forma mais recente do livro, o livro digital, campo que particularmente nos interessa, essas anotações podem funcionar pelo menos como alerta epistemológico para pesquisas futuras.

Considerações finais

O presente texto tem um caráter, sobretudo, epistemológico e seu horizonte maior é constituído por uma investigação acerca dos modos de teorização de que nos servimos para pensar as relações entre comunicação e cultura. O eixo central de argumentação foi duplo. Por um lado, destacou-se a importância de análises finas que abandonam o campo das grandes generalizações explicativas em favor de uma abordagem serrada do cotidiano. Por outro, foram discutidas diversas modalidades em que a materialidade dos meios de comunicação pode ser considerada, materialidade certamente importante para uma efetiva compreensão da presença social dos meios de comunicação.

O que aqui se apresentou é um resultado parcial de uma pesquisa ainda em andamento e que assim permanecerá por um bom tempo. Na consideração da forma mais recente do livro, o livro digital, campo que particularmente nos interessa, essas anotações podem funcionar pelo menos como alerta epistemológico para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- BARBIER, Frédéric. *História do livro*. São Paulo: Paulistana, 2008.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Orgs.). *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris: Seuil, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. As artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever a apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- _____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- ENGELSING, Rolf. Die Perioden der Lesergeschichte in der Neuzeit. Das statische Ausmass und die Soziokulturelle Bedeutung der Lektür. *Archiv für Geschichte des Buchwesens*, 10 (1969), cols. 944-1002.
- GONÇALVES, Márcio Souza; CLAIR, Ericson Saint. Antes Tarde do que nunca: notas sobre as contribuições de Gabriel Tarde para a análise da articulação entre comunicação e cultura. In: *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 14, p. 137-148, dez. 2007.

GONÇALVES, Márcio Souza; THURLER, Larriza. Interatividade em ação: situações comunicacionais. In: *Líbero: revista acadêmica/Programa de Pós-Graduação, Faculdade Cásper Líbero*. São Paulo, v. 9, n. 17, 2006.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Production of Presence: what meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

JOHNS, Adrian. *The Nature of the Book: print and knowledge in the making*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1998.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2005.

PRICE, Leah. Reading: The State of the Discipline. In: *Book History*, 2004. Volume 7, p. 303-320.

NOTAS

¹ O presente texto é uma versão ligeiramente modificada do trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Cultura”, do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.

² “The paradigmatic case of those contrasting uses may be the shift from intensive to extensive reading first hypothesized by Rolf Engelsing. Engelsing’s description of a late eighteenth-century shift from the rereading of a few prized texts to the consumption of many ephemeral ones will be familiar to most readers of this journal. Before that time, Engelsing argues, people of all social classes owned a few books that they read “intensively”: slowly, repeatedly, reverently. The classic example of such reading would be the Bible, a book read year after year, never outdated, but paradoxically linked via inscriptions on the flyleaf with the passage of time in readers’ own lives. Toward the end of the eighteenth century, in Engelsing’s account, the proliferation of new books gave rise to a model of “extensive” reading – skimming and skipping, devouring and discarding – from which we have yet to emerge”. Todas as traduções de citações de textos em língua

estrangeira nas *Referências* são nossas. Para a referência do texto de Engelsing, ver o item *Referências* ao final deste texto. Para uma apresentação curiosamente bastante próxima da de Price, mas pelo que sabemos anterior, ver Cavallo; Chartier, 2001, p. 35.

³ “Y a-t-il donc bien eu une révolution de la lecture au XVIII^e siècle? Cette brève ébauche a tenté de montrer que, malgré toutes les objections, on peut répondre positivement à cette question”.

⁴ “Pourtant, Machiavel pratiquait ces deux sortes de lecture sans difficulté, et nous voyons qu’il se sentait parfaitement capable de choisir aussi bien son système d’interprétation que le texte auquel il allait l’appliquer”.

⁵ “Our main fascination came from the question of how different media – different ‘materialities’ – of communication would affect the meaning that they carrier. We no longer believed that a meaning complex could be kept separated from its mediality, that is, from the difference of appearing on a printed page, on a computer screen, or in a voice mail message”. Estamos aqui realizando uma aproximação inicial e sumária do pensamento de Gumbrecht, portanto o leitor interessado deve se reportar diretamente aos textos do autor, com o que nossa pequena discussão terá sido de alguma serventia.

⁶ “But despite our premise that all discourses of collective self-reference contain both meaning- and presence-culture elements, it makes sense to assume that some cultural phenomena (as, for example, the sacraments of the Catholic Church or the rationality of contemporary Afro-Brazilian cults) are more on the presence culture-side, whereas others (e.g., ancient Roman politics or the bureaucracy of the early modern Spanish Empire) are predominantly meaning-culture-based”.

⁷ “*Epiphany, presentification, and deixis*, then, would be three tentative concepts in which I try to bring together my predictions, imaginings, and desires about future forms of practice in the humanities and the arts”.